



# Anais da Assembléia

Nº 004

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE FEVEREIRO DE 1992

ANO XVIII

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 02.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO 1992

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, João Preis, Osvaldo Trevisan, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César, Orlando Pessuti, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Lourenço Fregonese, Hermas Brandão, Carlos Simões, Geraldo Cartário, José Artur Ritti, João Iensen e Ovídio Constantino (07).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Proposta de Emenda a Constituição:

### PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO

SOMULA: Altera o inciso IX do art. 179 da Constituição Estadual, suprimindo-se a expressão "sem ônus para o Orçamento da Educação".

Art. 1º - O inciso IX do Art. 179 da Constituição Estadual passa a ter a seguinte redação:

Art. 179 - .....

IX - Atendimento ao educando, no ensino pré-escolar, fundamental e de educação especial, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Art. 2º - A presente emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.92.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento: Rossoni, Colombino Grassano, Nelson Garcia, Erondy Silvério, Osvaldo Trevisan, Cleiton Kielse, Ademar Traiano, Dobrandino da Silva, Alceu Swarowski, Costenaro Neto, Orlando Pessuti, Severino Félix, Algaci Túlio, José Tavares, Mário Bezerra, Nelson Justus, Eurides Moura, Elio Rusch, Toti Colaço, Dirceu Manfrinato e Edson Silva Lino.

Considerações sobre a alteração da redação do Inciso IX do artigo 179 da Constituição Estadual.

JUSTIFICATIVA:

Considerando:

Que a Constituição do Estado do Paraná exclui do montante dos investimentos na manutenção e desenvolvimento do ensino os gastos efetuados com o atendimento do educando através dos programas de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

Que a redação do inciso IX do artigo 179 da Constituição do Estado do Paraná "restringe" o que perceitua a Constituição Federal no seu artigo 208, Inciso VII excluindo tais investimentos do Orçamento da educação, (entendido como 25% da receita resultante de impostos a serem aplicados pelos municípios - Art. 212 CF).

Que os programas de atendimento ao educando nos diversos níveis de ensino, previsto no art. 179, Inciso IX são essenciais ao acesso e permanência do aluno na escola.

Que a universalização do ensino fundamental prevista no art. 60 ADTC da C.E. efetivar-se-á realmente se for ofertado às populações carentes o material didático-escolar, a alimentação, a assistência à saúde e o transporte escolar, principalmente àqueles habitantes das zonas rurais e periferias urbanas.

Que os programas suplementares vêm sendo mantidos pelos cofres municipais, beneficiando grande parcela da população, hoje matriculada em escolas estaduais e municipais frequentando o ensino no fundamental de 1.ª a 8.ª série e ensino médio, que não pode prescindir desses serviços.

Que a oferta do transporte escolar em particular possibilita estender atendimento à maioria dos educandos, proporcionando-lhes maior acesso, garantindo-lhes a permanência na escola (conforme art. 208 da C.F.), tendo como decorrência a redução do analfabetismo além de expansão da oferta do ensino fundamental até a 8.ª série e a possibilidade da progressiva extensão da obrigatoriedade do ensino médio, pré-escolar e educação especial.

Que a oferta ao ensino fundamental e médio à população rural, que se torna viável pela oferta do transporte escolar, interfere na qualidade de vida, melhorando-a e propiciando a permanência do homem do campo, evitando assim o êxodo rural.

Que o transporte escolar apesar de representar mais um investimento na educação, representa acima de tudo a garantia do acesso e permanência de muitos alunos à escola.

Que a expressão "sem ônus para o orçamento da educação" tem provocado problemas nos Municípios quando do julgamento das contas municipais pelo Tribunal de Contas, que não tem aceito como despesas em educação os gastos com transporte, alimentação, etc.

Propomos a presente emenda à Constituição Estadual, que corrigirá a distorção e solicitamos o apoio aos nobres Pares para sua aprovação.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 035

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário licença e demais providências, com ônus para este Poder, com a finalidade de deslocamento ao Paraguai para tratar de assuntos ligados ao Posto Alfandegário de Santa Helena e a ligação deste com Porto Índio no Paraguai, no período de 19 a 23 do corrente.

Sala das Sessões, em 19.02.92.

(a) NILTON SERVO

Presidente da Comissão para tratar de assuntos sobre travessia Brasil-Paraguai entre Santa Helena no Paraná e Porto Índio no Paraguai.

JUSTIFICATIVA:

Há necessidade de reivindicar junto ao Governo Paraguai a conclusão das obras de infra-estrutura em Porto Índio, visto o lado brasileiro em Santa Helena contar com estrutura alfandegária em condições de

funcionamento. Com a abertura do MERCOSUL, o Brasil e notadamente o Paraná será beneficiado por este novo canal de exportação, encontrando através das águas do Rio Paraná um transporte mais barato para escoamento da produção paraguaia, principalmente a soja, com isto trazendo receitas e divisas para o Paraná e o País.

REQUERIMENTO Nº 039

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a Douta Comissão Executiva determine a data de 22 de março do corrente ano para a outorga do Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Pastor JOÃO BARBOSA DE MACEDO, conforme a Lei nº 9862 de 30/12/91.

Sala das Sessões, em 19.02.92.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO Nº 026

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, voto de pesar pelo falecimento de Zélia Folloni, ocorrido dia 17 último, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19.02.92.

(a) GERALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

Dona Zélia Folloni era mãe do Dr. Alberto Folloni Neto, membro da tradicional família de Curitiba, que o Deputado autor desta proposição tem a honra de representar nesta Casa.

Ante o infausto acontecimento, proponho a solidariedade desta Casa ao grande pesar de Curitiba, pelo episódio para ser incluído nos anais desta Assembléia Legislativa o registro de seu profundo pesar extensivo ao Senhor Prefeito Municipal, bem como aos senhores membros da Câmara de vereadores.

REQUERIMENTO Nº 025

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, voto de pesar pelo falecimento de João Amauri Moleta, que pereceu em trágico acidente de automóvel, ocorrido dia 13 próximo passado no Município de Mandirituba.

Sala das Sessões, em 19.02.92.

(a) GERALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

A vítima, de apenas 39 anos de idade, era filho de Antenor Antônio Moleta, membro de tradicional família de pioneiros daquele município, que o Deputado autor desta proposição tem a honra de representar nesta Assembléia. Ante o pungente

acontecimento, proponho a solidariedade desta Casa ao grande pesar de Mandirituba pelo episódio, para ficar constando nos anais o registro de seus profundos pesames, extensivos ao Prefeito daquele município, Francisco Claudino, e aos Senhores Membros da Câmara Municipal.

## REQUERIMENTO Nº 029

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER a transcrição, nos anais desta Sessão, de Voto de Profundo Pesar pelo falecimento da Exma. Senhora Violeta de Alencar Franco de Carvalho, aos 89 anos de idade; solicitando ainda que da manifestação da Casa se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.02.92.

(a) ANIBAL KHURY

## JUSTIFICATIVA:

Pertencente a tradicional família paranaense, a Senhora Violeta de Alencar de Carvalho era filha do emérito Professor Manoel Vieira de Alencar, que lecionou Direito e foi um dos precursores da Universidade Federal do Paraná. Viúva do Dr. Paulino Franco de Carvalho, engenheiro de Minas e Civil, formado pela tradicional Escola de Ouro Preto, grande pesquisador da Bacia do Paraná e da Amazônica, falecido em 1940; Dna. Violeta deixa os filhos Maria Violeta Franco de Carvalho, renomada artista plástica e o Dr. Luiz Gastão de Alencar Franco de Carvalho, ex-Presidente do Tribunal de Alçada e Exmo. Secretário de Estado da Administração, deixa ainda 7 netos e 4 bisnetos. Cidadã dos mais altos respeitos pela sua representatividade no seio da família paranaense, julgamos que esta Assembléia, ao registrar o falecimento de tão ilustre dama, cumpre uma manifestação de respeito às figuras que ajudaram a plasmar a grandeza do Paraná.

## REQUERIMENTO Nº 031

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor DANTE VENDRAMIM, ocorrido no dia 17.02.92, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19.02.92.

(a) ERONDY SILVERIO

## JUSTIFICATIVA:

Natural do vizinho Estado de Santa Catarina, onde casou, teve sete filhos, veio com toda a sua família para Curitiba, tendo fixado residência no Bairro Alto Tarumã, dedicando-se ao ramo madeireiro, tornou-se um empresário honesto, bem sucedido e querido por toda a comunidade.

Sendo uma pessoa muito humanitária, seu passamento deixa um vazio entre todos

os que o conheceram e privaram de sua amizade, e, entre seus familiares uma lacuna difícil de ser preenchida.

## REQUERIMENTO Nº 037

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo Votos de Congratulações pelo centenário de nascimento do jurista, professor, jornalista e editor OSCAR JOSEPH DE PLACIDO E SILVA (Maceió, 18.06.1892 - Curitiba - 16.01.63).

De Plácido e Silva foi o primeiro aluno inscrito no curso de Direito da Universidade Federal do Paraná. Antes mesmo de cursar o primeiro ano já era o secretário-auxiliar da Universidade que nascia e, na qual mais tarde seria professor. Advogado, por anos teve seu escritório num pequeno edifício da Rua XV de Novembro, ao lado da então sede da "Gazeta do Povo", fundada em 1919, e da qual seria, posteriormente, editor e proprietário.

Um aspecto que, por si, deve estimular estudos de maior profundidade é a sua atividade como editor, não apenas no jornalismo diário, mas fundando uma editora que marcaria época em termos nacionais - a Guaíra, nome que também daria a uma revista mensal de atualidades, que corresponderia no Paraná ao que eram a Revista Globo, em Porto Alegre e Alterosa, em Belo Horizonte. Grandes nomes do jornalismo e vida literária brasileira deixaram seus textos na Guaíra. Vinícius de Moraes ali chegou a publicar críticas de cinema, Joel Silveira, Ruben Braga, Mark Berkowitz e outros intelectuais notáveis, enquanto Carlos Scliar criava belíssimas ilustrações e seu irmão, Salomão, era o fotógrafo da revista.

A Editora Guaíra teria uma presença nacional, lançando autores de idéias avançadas para a época. Autor de um romance (Ódios na Cidade) e muitos outros livros jurídicos, atuante em várias frentes, de Plácido e Silva merece, imediatamente, como bem encetou o jornalista Aramis Millarch, que se comece a lembrar sua obra, para que uma grande mostra retrospectiva, possa ser organizada, em junho próximo, comemoração do seu centenário de nascimento.

Requer-se, ainda, que do presente seja encaminhada cópia à Secretária da Cultura do Paraná, professora Gilda Poli Rocha Loures e ao Magnífico Reitor da UFPR, professor Carlos Alberto Faraco, a fim de que estudem, nas suas áreas de atuação, possíveis manifestações por ocasião do centenário do jurista De Plácido e Silva. Que se dê ainda ciência do presente ao jornalista Aramis Millarch e à filha do inesquecível

professor De Plácido e Silva, a querida jornalista Juril de Plácido e Silva Carnascialli.

Sala das Sessões, em 19.02.92.

(a) ALGACI TOLIO

#### REQUERIMENTO N° 036

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de Apelo, em caráter de urgência, via telex, ao Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo - Dr. Pedro Franco de Campos e ao Diretor Geral da Polícia Federal - Dr. Romeu Tuma, no sentido de que sejam tomadas providências urgentes, com destinação de recursos humanos e materiais necessários para que possa ser coibida a escalada da violência que vem se verificando na Rodovia Presidente Castelo Branco, no estado de São Paulo, em especial nas proximidades do KM 138, imediações do Posto Polominha, onde já se verificaram inúmeros roubos de cargas e de caminhões, objetivando dar maior tranquilidade aos caminhoneiros que transitam por aquela rodovia.

Sala das Sessões, em 19.02.92.

(a) JOÃO PREIS

#### JUSTIFICATIVA:

Os caminhoneiros do País estão inseguros e revoltados.

Os marginais estão em constante atividade, e o quadro de violência nos últimos meses, lamentavelmente foi dos mais ativos.

O roubo de caminhões, o roubo de cargas e o assassinato de motoristas é frequente, e não podemos admitir que milhares de cidadãos sejam deixados à mercê da criminalidade, que cresce a cada dia ante a certeza da impunidade.

A rodovia Presidente Castelo Branco, na altura do KM 138, proximidades do Posto Palominha é um dos pontos preferidos para este tipo de ação dos marginais, conforme denúncias que temos recebido através dos motoristas que por ali transitam.

As autoridades devem elaborar em conjunto um plano de ação, através de um patrulhamento intensivo e realização de blitz fiscalizadora para levar de volta a tranquilidade aos motoristas e aos seus familiares, que com angústia, aguardam o seu retorno ao lar, o que infelizmente as vezes não acontece.

"Para que todos tenham Vida", está claro que envolve direitos e deveres.

Direito de nascer, de morar, de trabalhar, de viver dignamente.

Acreditamos que os direitos são de todos; os deveres de uma considerável maioria. Os deveres são daqueles que exercem o comando, a liderança, a influência social.

Expressamos neste Apelo, a nossa preocupação de que cada um que tem responsabilidade pela posição que exerce, promova uma efetiva participação nesta campanha para que sejam alcançados os objetivos que almejamos.

Julgamos desnecessário pedir a reflexão dos que governam, dos que dirigem, dos que lideram. Pela posição que ocupam, pelo valor que essa posição exige como requisito, entendemos que cada um fará o seu papel. Todavia é necessário ir além da reflexão, é preciso que se imbuam a todos, os espíritos que a campanha exige.

As riquezas deste País são transportadas por estes valorosos trabalhadores, a quem é preciso oferecer o melhor, até porque sem segurança há riscos em todos os setores. É preciso investir mesmo, com disposição nesta área, para que possamos tranquilizar os motoristas brasileiros.

Segurança para todos faz parte integrante de todos os governos.

#### REQUERIMENTO N° 027

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente a todos os Deputados Federais e Senadores da República pedindo que votem contrário ao Projeto 824 que regulamenta o Código de Propriedade Industrial.

Sala das Sessões, em 19.02.92.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

A aprovação de tal projeto trará, no mínimo as seguintes consequências:

- 1) Oligopolização de mercado e aumento dos preços das sementes, dos alimentos, remédios e demais produtos derivados da biotecnologia;
- 2) Obrigatoriedade de pagamento dos royalties por cada geração de espécies vegetais destinadas à produção;
- 3) Solapamento da pesquisa pública e universitária e seu atrelamento aos interesses das empresas privadas.

#### REQUERIMENTO N° 028

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM o envio de expediente ao Senhor Prefeito Francisco Teixeira, da localidade de Icapuí, no Ceará, felicitando pelo prêmio "Criança e Paz - Educação 1991".

Sala das Sessões, em 19.02.92

(aa) DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

OVIDIO CONSTANTINO

#### JUSTIFICATIVA:

A importância de garantir a saúde e a educação como direito do cidadão deve sair

do campo do discurso e ir para a prática. Isto foi o que aconteceu com a administração municipal de Icapuí. Município cearense, pobre como todo o nordeste brasileiro, enxergou na criança o futuro. Enxergou na criança um cidadão com direito à educação e, hoje todas as crianças de 07 a 11 anos estão na escola. Todas as crianças do município estão matriculadas em escolas públicas e municipais, e mais do que isso a população participa das decisões através dos Conselhos Municipais de Educação e dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em função de ter garantido os direitos à saúde e à educação e ter democratizado as decisões é que a UNICEF outorgou ao Município de Icapuí o prêmio "Criança e Paz - Educação 1991". E nós felicitamos e aplaudimos a comunidade e a administração de Icapuí.

#### REQUERIMENTO Nº 033

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes encarecendo a destinação de recursos a serem aplicados nas obras de pavimentação asfáltica da rodovia denominada "ESTRADA ALIVIO" que interliga a PR-317 em Assis Chateaubriand à PR-581 em Tupãssi, com aproximadamente 14 Km de extensão.

Sala das Sessões, em 19.02.92

(a) JOÃO PREIS

#### JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora se apresenta visa atender diversas solicitações da população da Região.

Sendo a Região, grande centro polarizador da Agricultura do Estado (soja, trigo, milho e café) é de fundamental importância a pavimentação asfáltica da Estrada Alívio, cuja contribuição será decisiva para o melhor escoamento das safras, facilitando em muito o transporte dos produtos agrícolas aos centros consumidores, além de favorecer com melhor infra-estrutura aos municípios vizinhos.

O imediato atendimento ao presente pedido, virá de encontro com a própria política governamental que é a de promover o homem do campo, melhorando as condições de vida daqueles que através da agricultura produzem a riqueza e promovem o progresso de nosso Estado.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 018/92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná o Doutor José Maria de Araújo Perpétuo.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.92

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

#### JUSTIFICATIVA:

Paranaense, nascido na histórica Cidade de Palmas, à 15 de março de 1927, o Doutor José Maria de Araújo Perpétuo é um exemplo a ser seguido.

Fruto da união de duas das mais tradicionais famílias palmenses, pioneiros e desbravadores daquela região paranaense e do município que hoje é, inegavelmente, o portal de entrada do Sudoeste do Paraná, o ilustre homenageado sempre se revelou uma pessoa portadora de uma personalidade marcante e visivelmente voltada às causas sociais.

Médico desde 1946, diplomado pela Universidade Federal do Paraná, tem, pelos seus méritos como cidadão, como político, como exemplar chefe de família e, principalmente, como profissional dedicado e humanitário, prestado inestimáveis serviços a todos aqueles que o procuram e, de um modo geral, a uma grande parcela do povo paranaense.

Por duas vezes foi eleito prefeito do município de Palmas, prova inquestionável do carinho que a população lhe dedica e que está expresso nos abaixo-assinados que nos foram encaminhados.

No duplo exercício "munus" público o Doutor José Maria de Araújo Perpétuo se revelou um administrador probo da mais alta competência e profundamente vocacionado à causa dos menos favorecidos.

Por tudo isso, se vê que o título que pretendemos seja outorgado ao Doutor José Maria de Araújo Perpétuo é, acima de tudo, um ato de "reconhecimento ao bem, à justiça e ao Homem", e que deverá merecer, esperamos, a aprovação unânime dos Senhores Parlamentares.

PROJETO DE LEI Nº 019/92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção ao Excepcional de Carambei, com sede na localidade de Carambei, Distrito de Carambei, Município de Castro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.92

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção ao Excepcional de Carambei, foi criada em 29 de outubro de 1985 é uma sociedade civil de caráter Assistencial e sem fins lucrativos.

Promove seus objetivos cooperando com as instituições públicas e particulares empenhadas na educação de excepcionais. Procura estimular o trabalho artesanal dos excepcionais por meio de exposições, de cooperativas, de oficinas protegidas e de outros meios, sempre no afã de integrá-los ao meio comunitário.

Enfim, a Associação de Proteção ao Excepcional de Carambei, presta relevantes serviços no âmbito de sua atuação, aliás serviço público por excelência e só o simples fato de proteger o excepcional, já justifica o presente projeto de declaração de utilidade pública.

PROJETO DE LEI Nº 020/92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", com sede e fórum no Município de Formosa do Oeste.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.92

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão da Entidade, tendo em vista seus objetivos educacionais, mormente nas áreas de fisioterapia, fonoaudiologia, alimentação, cujos objetivos têm-se materializado ao longo de sua trajetória.

Deve-se destacar, outrossim, sua importância no entrosamento dos alunos com suas famílias e com a comunidade em geral, de forma a integrar o excepcional para uma convivência normal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Orlando Pessuti solicita a Chamada Nominal e solicita o comparecimento da Bancada do PMDB porque hoje temos a votação de liberação autorizando o Governador a viajar. Por isso é importante a presença dos Senhores Parlamentares em Plenário.

O Senhor 1º Secretário Deputado João Arruda fará a Chamada Nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - (Procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - E lida e Aprovada a Ata.

O SR. MARIO BEZERRA - Solicito Verificação de Votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Requeiro Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Orlando Pessuti desiste da Chamada Nominal já que verifica-se a presença necessária para "quorum" e seqüência da Sessão.

A Ata está Aprovada. Não havendo expediente a ser lido, passo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Mário Bezerra.

O SR. MARIO BEZERRA - Senhor Presidente e Senhores Deputados, entrei com um requerimento ontem aqui no Plenário desta Casa para se formar uma comissão de Deputados da Região do Noroeste a fim de que pudéssemos estudar viabilidades de culturas alternativas e agroindústrias. Muito salutar foi a solicitação do Deputado Líder do Governo, Orlando Pessuti, para discutir o meu requerimento.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, todos os paranaenses têm consciência das dificuldades que passa a área agrícola, principalmente os pequenos proprietários. Há mais de vinte anos ou há quase vinte anos sofremos o êxodo rural. O Noroeste com o êxodo rural vem sofrendo demais com a monocultura, quando não é pastagem. Hoje a corrosão está acabando com o Noroeste do Paraná. Vejo que a EMATER e que os órgãos do Governo do Estado têm feito alguma coisa pelo Paraná em nível de Agricultura, mas deixa muito a desejar e a Assembléia Legislativa não pode simplesmente, através dos seus Deputados, se fechar nessas quatro paredes e aqui ficar simplesmente discutindo requerimento.

O que eu solicito através do meu requerimento é que saíamos em campo e contribuamos para que o Governo Estadual, a fim de que nós Deputados, representantes das várias regiões do Paraná, possamos elaborar projetos, inclusive levar até à área federal.

Infelizmente o Governo do Estado do Paraná é marginalizado a nível de Congresso Nacional, e todo mundo sabe disso; um, dois ou três Deputados Federais é que às vezes dão algum respaldo ao Governo do Estado. E a Assembléia poderia, e pode, tomar iniciativas de também interceder junto ao Governo Federal a fim de que nossos Deputados e Senadores possam nos trazer alguma coisa. Através da formação desta comissão estaremos contribuindo para que os nossos representantes na área federal possam lutar pelos nossos projetos na área agrícola.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Noroeste do Paraná, de acordo com o censo, de 1980 até 1990 sofreu uma fuga de habitantes, principalmente na área rural

de quase cem mil pessoas. Eu falo Noroeste que são as microregiões compreendidas em Umuarama, Paranavaí e Cianorte. São mais de noventa mil habitantes que de lá saíram e foram engrossar os bolsões de pobreza e de favelas nas grandes cidades, principalmente em Curitiba.

Então, é necessário que nós Deputados, façamos alguma coisa para contribuir a nível de cultura alternativa e de agroindústria.

Então, eu solicito através de requerimento que vai ser discutido e votado nesta tarde para que os Deputados de todas as bancadas possam contribuir para que saíamos a campo e busquemos alternativas para a região do Noroeste do Paraná.

Vale salientar, abrindo um parêntese, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que o Paraná é discriminado. Todo mundo sabe que somos praticamente o celeiro deste Brasil, mas infelizmente não somos reconhecidos a nível de Governo Federal como tal. Não podemos concordar que governadores como "Toninho Malvadeza" da Bahia se coloque como Salvador da Pátria, que tire ministro, coloque ministro e o Paraná fique a ver navios.

É necessário que o Paraná vá para frente com o Governo Federal, reivindique seu espaço a nível de recursos. Só para ilustrar no ano passado o orçamento da União de uma cidadezinha da Bahia com quinze ou desesseis mil habitantes recebeu mais recursos que a própria Curitiba.

Por quê? Porque existe determinação dos Deputados daquela área, daquela região. Hoje o Brasil é governado pelo "Toninho Malvadeza" e outros tantos que contribuíram com o regime militar e o Paraná sempre a ver navios, esculhambado pelo governo federal e o Líder máximo do governo do Paraná nada tem feito para arregimentar as forças e defender os interesses dos paranaenses.

O meu requerimento é de alto significado, acredito, porque estaremos indo a campo buscar alternativas para a agricultura e também para a agroindústria.

Eu peço ao nobre Deputado Orlando Pesuti que contribua para aprovação deste meu requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Luiz Carlos Alborghetti, no Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ao saudar todos os colegas no retorno do recesso legislativo, queremos desta tribuna conclamar nossos Pares a fazermos

uma reflexão sobre a gravidade da situação porque passa o nosso País.

Nós vivemos certamente a pior crise da história desta Nação. Jamais se registrou tamanha quantidade de desempregados no Brasil. São mais de 20 milhões de trabalhadores, hoje, que sequer dispõem de carteira assinada. O ano de 1991 registrou 900 mil pedidos de concordatas pelo Brasil afora.

A Folha de São Paulo traz hoje a notícia estampada também em quase todos os órgãos de imprensa do nosso País de que apenas as 500 maiores empresas privadas do Brasil tiveram prejuízo no ano que passou da ordem de um bilhão de dólares.

A política recessiva impetrada pelo Governo Collor neste País, além da gravidade dos indicadores econômicos traz sobretudo para nós com maior preocupação os indicadores sociais.

Jamais tivemos tantos menores abandonados perambulando pelas ruas, principalmente nas grandes capitais. A violência contra as crianças e os menores no Brasil frutos da política recessiva que agrava o índice de criminalidade a cada dia que passa, hoje, já nos traz o vergonhoso índice de dois menores, sendo assassinados brutalmente por dia nas ruas do nosso Brasil.

É incontável também o número de assassinatos resultantes de roubo, de assaltos, de extorções, de seqüestros, do tráfico de drogas que a cada dia mais cresce muito e muito em nosso País.

Temos também o lastimável recorde de milhões de adolescentes que se prostituíram no Brasil, menores de idade, frutos também das péssimas condições de trabalho, da recessão, do desemprego que assola suas famílias.

O Brasil também hoje, já assiste com uma certa naturalidade aquelas pessoas que vivem se alimentando no lixo das grandes e médias cidades.

Nós somos hoje, responsáveis pela criação do chamado "homem gabiru", fruto da subnutrição crônica e secular, estamos criando uma nova sub-raça no Brasil. Nós temos cinco milhões de crianças fora da escola em nosso País. Poderíamos aqui enumerar centenas de outros exemplos de problemas sociais que são decorrentes, em última análise diretamente da questão econômica e desta crise que se agrava a cada dia mais em nosso País. Não bastasse isto, o povo brasileiro, hoje, ainda sofre, não apenas golpes duros na questão econômica, nos indicadores sociais, mas fundamentalmente sofre duros golpes na sua credibilidade, na sua esperança de um país melhor. Se observa os mandatários desta Nação, principalmente do Governo Federal afunda-

dos a cada dia mais em denúncias de corrupção. Se eu perguntar aqui aos Senhores Parlamentares quem é que se recorda do escândalo do mês passado ocorrido no Governo Federal, talvez não possa se lembrar, porque a cada dia que passa novos escândalos estão sendo somados. O FGTS, a sonegação de mais de cinco milhões de empresas neste País do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, os escândalos da previdência, a negativa do Governo Federal em cumprir o que determina a lei pagando os aposentados, denúncias da saúde que infelizmente para nós paranaenses se fizeram comprovadas pelo Tribunal de Contas da União, e principalmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a corrupção hoje chega até a alcova do Presidente da República quando a sua esposa está mergulhada nos escândalos da LBA, escândalos graves, ainda mais porque se tratavam de verbas destinadas a amenizar o sofrimento de milhões de brasileiros que hoje passam fome nestas cidades e neste País e que eram desviados pela falta da sua família, uma verdadeira quadrilha organizada para tomar de assalto os parques recursos de assistência social neste Brasil. Não bastasse também a corrupção, este Governo que nada fez, que nos jogou na pior recessão da nossa história, que ainda faz perdurar o índice de inflação insuportável, combinando de uma forma perversa a recessão com inflação, este Governo agora a única coisa que tem se dedicado com competência é a entrega do patrimônio brasileiro para os grupos multinacionais e nacionais, vendendo o patrimônio nacional que a própria "Folha de São Paulo" demonstra que foram as únicas que deram lucro ao Brasil estão sendo entregues a troco de dinheiro podre pelo Governo Federal. E o que é mais grave ainda: descobrimos que o Ministro da Fazenda, Senhor Marcílio, está isentando o imposto de renda e o lucro daqueles que compraram as estatais neste país. Vejam, Srs. Deputados, todos nós sabemos que as estatais foram adquiridas com moeda podre, adquiridas no mercado paralelo, por valores muito inferiores aos valores em face aos quais elas entregaram e deram como pagamento das estatais; esta enorme diferença entre o que efetivamente pagaram pelos centros (?) poderes e aquilo que receberam quando compraram as estatais está isento de imposto de renda. Então, Senhores Deputados, nós do Partido dos Trabalhadores entendemos que é chegado o momento de todas as forças que não são cúmplices dessa tragédia política chamada Governo Collor, que tem um mínimo de responsabilidade com esta Nação, que tem um mínimo de responsabilidade com esta Nação, que tem um mínimo de sensibilidade social, que tenha um compromisso com o futuro de nossa Pátria, com os nossos filhos

e nossos netos que haverão de vir, e nós devemos neste momento nos somarmos para tentar de todas as formas, dentro do limite da nossa competência e do nosso esforço a tentar barrar essa política perniciosa que hoje se procura implantar no nosso Brasil.

Para isso, nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos entendendo que neste momento é fundamental para a História brasileira que criemos um grande movimento de mobilização popular, combinado com ações firmes no campo institucional para escorar definitivamente essa política implantada pelo Governo Collor em nosso País.

Deveremos também empunhar uma bandeira no sentido de que o Governo Federal, juntamente com o Congresso Nacional e todas as forças políticas, adotemos de imediato um plano de emergência de salvação nacional; um plano de emergência, Senhores Deputados, que passe necessariamente pela implantação de uma escala móvel de salários, que vise proteger os trabalhadores brasileiros do mal da inflação. Todos nós sabemos que hoje no Brasil não temos política salarial de reajustes, ao mesmo tempo em que a inflação tem perdurado de forma duradoura e, com isso, a cada dia que passa, nós estamos assistindo à queda do poder aquisitivo dos trabalhadores.

Entendemos que é fundamental neste momento a existência de um rígido controle social sobre todos os fundos sociais do Brasil. No nosso entendimento o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o INSS, todos os fundos sociais deste País devem ser passados para o controle da sociedade civil brasileira que, em conjunto com trabalhadores, empresários e governo, adote controles eficientes para a eliminação dos desvios e da corrupção.

Propomos para a recuperação da Previdência que se cobre efetivamente aos sonegadores, e que as estatais, que hoje estão sendo dadas a preço de banana aos grupos multinacionais e para os oligopólios nacionais, sejam entregues também à Previdência Social para que a sociedade civil possa gerir esse patrimônio. E o Governo, aliás tem a maior dívida com a Previdência Social, e é exatamente dos nossos Governos.

Entendemos também que é chegado o momento de instituímos mudanças fundamentais no perfil de cobrança de impostos neste País, é preciso diminuir os impostos indiretos e colocar em prática efetivamente a adoção de um programa de impostos que incida diretamente sobre a renda. Temos propostas da instituição do imposto solidariedade ou da renda mínima, conforme defende o nosso Senador Eduardo Suplicy.

Deveremos tachar as grandes fortunas, que hoje contribuem com apenas 1% da arre-

cadação do imposto em nossa pátria. Precisamos também a adoção de uma política agrícola e de uma reforma agrária profunda que vise, acima de tudo, de imediato, a produção de alimentos necessários para o povo brasileiro; também a instituição de um sistema eficiente de abastecimento alimentar que leve à Mesa do trabalhador brasileiro, de forma subsidiada ou não, mas diretamente sem intervenção de intermediários, os alimentos para que possamos pelo menos iniciar um processo de eliminação da fome crônica que assola o Brasil.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. O Paraná e os seus poderes, inclusive esta Casa, também deve a sua parcela de responsabilidade. Se queremos cobrar do Governo Federal que adote uma política anti-recessiva de distribuição de renda e que atenda os interesses da maioria do povo brasileiro, deveremos, nós também, nesta Casa, dar o nosso exemplo.

Entendemos que a Assembléia Legislativa do Paraná tem ainda uma dívida para com a nossa sociedade, principalmente no que se refere à transparência da utilização dos recursos desta Casa, temos o dever de sensibilidade e de atentarmos para a possibilidade, inclusive de, racionalizarmos e diminuirmos ainda mais os gastos desse Poder. Deveríamos senhores Deputados, todos nós, estarmos atentos ao contraste da nossa renda com a situação da maioria do povo brasileiro. Deve-se portanto, o Poder Legislativo, adotar medidas concretas que possam resgatar a credibilidade desse Poder perante a opinião pública e principalmente, demonstrar que estamos dispostos a dar a nossa cota de sacrifício para que este País encontre um caminho melhor. Quero lembrar também aos senhores Deputados e ao Senhor Presidente, que nesse ano teremos o ano eleitoral, com perspectivas no segundo semestre de uma atividade extremamente reduzida desta Casa. Portanto, faz-se necessário que o Poder Legislativo do Estado do Paraná adote o esforço concentrado nesse 1º semestre e aprove principalmente, projetos de cunho social que visem fundamentalmente diminuir, minimizar os efeitos da crise econômica sobre a maioria da população do nosso Estado. Temos tramitando nesta Casa, um projeto de isenção do pagamento de água e luz para trabalhadores desempregados. Na verdade, trata-se de um benefício pequeno, mas para aqueles que hoje sequer renda possuem, entendemos que essa isenção seria algo extremamente importante e seria um gesto de solidariedade e de sensibilidade do Poder Legislativo para com essa camada da sociedade, lembrando apenas aos Senhores Deputados que o projeto da Bancada do Partido dos Trabalhadores que isenta o pagamento de água e luz para trabalhadores desempregados, não

significa nem 3% do faturamento total das empresas públicas que operam com esses serviços no Paraná.

Nós temos também o Fundo de Habitação Popular que está tramitando nessa Casa. Todos sabemos que, a população de mais baixa renda, aquela que mais carece de uma habitação hoje, em condições dignas, no nosso Estado, não tem acesso aos financiamentos da habitação pelo sistema tradicional através do Banco Nacional de Habitação, hoje gerido pela Caixa Econômica Federal. Nós estamos propondo a imediata aprovação da lei proposta pela Bancada do Partido dos Trabalhadores que prevê a criação do Fundo de Habitação Popular, porque ao mesmo tempo em que estaremos atacando o grave "déficit" habitacional no nosso Estado, estaremos também, minimizando os efeitos da recessão, abrindo importantes frentes de trabalho, principalmente no ramo da construção civil que absorve grande quantidade de mão-de-obra.

Finalmente também entendemos que a Assembléia Legislativa do Paraná deve adotar de imediato, num esforço principalmente por parte da sua Mesa diretora, um esforço de dotar esse Poder de mecanismos eficientes e controle sobre os gastos do Governo do Estado do Paraná, porque não podemos contentar-nos com o discurso fácil deste governo, que chega a esta Casa, fala de prioridades, fala de racionalização, mas que esse Poder, por dever de ofício, tem a obrigação de exercer um rigoroso controle sobre os gastos do governo, sob pena de termos que acreditar apenas na palavra dos governantes, sem que efetivamente tenhamos controle efetivo sobre os gastos do governo do Estado do Paraná. O que é principal Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores, conclamamos à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a empenhar o seu prestígio político, o seu peso político e iniciar de imediato, a aprovação de uma série de posicionamentos contrários à política recessiva do Governo Collor. Deveremos emprestar este Poder para a causa maior do nosso povo. Era isso, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças: PMDB.

Deputado Oswaldo Trevisan com a palavra.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados, ontem no Palácio Iguazu, participei da solenidade em que o Governador Roberto Requião assinou edital de pré-qualificação para a construção de mais uma usina hidrelétrica no Estado do Paraná. Trata-se da Usina de Salto Caxias. E como diz a manchete do Jornal

"Gazeta do Povo", desta quarta-feira: "Salto Caxias é a próxima Usina do Paraná".

Diz a manchete:

"A usina hidrelétrica de Salto Caxias, no Rio Iguaçu -, com um custo estimado em US\$ 1,5 bilhão, já está em fase de licitação. O aviso de pré-qualificação foi anunciado ontem pelo Governador Roberto Requião, admitindo empresas ou consórcios nacionais ou estrangeiros. A nova usina será a última grande obra deste século, no Paraná, setor energético, estará equipada com quatro turbinas de 250 Kw cada uma. A obra será iniciada em 1994, com previsão de conclusão somente em 1998. Ontem também o Governador informou que em outubro será inaugurada a Usina de Segredo, como uma das obras do gênero mais baratas do Brasil".

São duas notícias importantes para esta Casa. A primeira delas que diz respeito à construção da Usina Salto Caxias, que mostra que o Governo Requião, além das obras de manutenção de custeio do Estado, além das obras de reformulação do sistema de saúde, da educação, além dos programas ainda lançados hoje, da "Panela cheia", dos programas que irão construir, da "Soma" que irá construir unidades em Londrina e também em Ponta Grossa, mostra que o Governo está preocupado em melhorar a infraestrutura básica do Estado, mantendo o Paraná como um Estado que pode oferecer a todos os empresários que aqui venham montar suas indústrias, as suas empresas, o equipamento básico e indispensável, para que possam, então, obter aqui no Paraná todos os recursos necessários para a promoção do desenvolvimento.

E com respeito à inauguração da Usina de Segredo no próximo mês de outubro, uma Usina constituída com os mais baixos custos deste País, ela é também um acontecimento histórico não só para o Executivo, não só para o Governo Requião mas também para esta Assembléia Legislativa que verá no curso do seu mandato a inauguração desta importante obra. E é importante para esta Assembléia, por que? Porque o Governo não é só o Executivo. O Governo somos todos nós. O Governo é exercido pelo Governador com funções executivas e pela Assembléia Legislativa com funções legislativas.

Então, no curso deste mandato, estaremos participando da inauguração de uma grande obra neste Paraná, de uma obra que melhorará ainda mais a estrutura básica do nosso Estado para que possamos construí-lo a cada dia um Estado mais forte, mais poderoso, mais dinâmico, este Estado que já responde hoje por 25% da produção de grãos neste País, é o Estado que precisa realmente ter a sua infra-estrutura forte-

Curitiba, quarta, em 19.02.92

lecida a cada momento e é isto que vem fazendo também o Governo Roberto Requião.

Era este o registro, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que queríamos fazer na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário das Lideranças, passa-se à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nilton César, constante do expediente, solicitando licença no período de 19 a 23 do corrente mês, em virtude de viagem ao Paraguai.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, com apoio dos Senhores Deputados Rossoni, Colombino Grassano, Toti Colaço e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos Senhores Deputados.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/92, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 02/92, autoriza o Governador do Estado a ausentar-se do País, entre os dias 20/02 a 25/03/92. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Senhor Roberto Requião, Governador do Estado, a ausentar-se do País entre os dias 20 de fevereiro a 25 de março de 1992, no interesse da Administração, com destino a China e Japão, com o objetivo de viabilizar inves-

timentos daqueles países no Estado do Paraná, bem como renovar o pacto de amizade e intensificar as relações de cooperação comercial com as Províncias irmãs, de Hyogo e Zhejiang.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.02.92.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/92

PARECER:

De autoria do PODER EXECUTIVO, o Projeto de Decreto Legislativo nº 001/92, oriundo da Mensagem Governamental nº 002/92, solicita a esta augusta Casa de Leis, ausentar-se do País, entre os dias 20 de fevereiro a 25 de março de 1992, com destino à China e Japão, com o objetivo de viabilizar investimentos daqueles países no Estado do Paraná, bem como renovar o pacto de amizade e intensificar as relações de cooperação comercial com as Províncias irmãs, de Hyogo e Zhejiang.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, não tendo encontrado óbice algum, tanto de natureza legal, regimental ou constitucional, emite parecer favorável, opinando ainda pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 089/91, de autoria do Deputado ALGACI TÓLIO, que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro de bens e valores próprios ao patrimônio dos que assumiram cargo ou função de direção e assessoramento superior ou participarem de comissão de licitação na administração direta, indireta ou fundacional, no Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 89/91

PARECER:

Chega a esta Comissão a Emenda Modificativa nº 01, de autoria do nobre Deputado Toti Colaço, ao Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro de bens e valores próprios ao patrimônio dos que assumirem cargo ou função de direção e assessoramento superior ou participarem de comissão de licitação na administração direta, indireta ou fundacional, no Estado do Paraná.

A referida Emenda dispõe que, no que

se refere ao registro dos bens do Governador, Vice-Governador, Secretários de Estado e dos Deputados Estaduais, a declaração será mantida sob guarda da Comissão de Fiscalização do Poder Legislativo, em apenas uma via, devendo ser atualizada pelo declarante sempre que houver variação patrimonial, no decorrer do mandato e ao final do mesmo.

Analisando-se a presente Emenda do ponto de vista legal e constitucional, a presente atende os termos contidos no art. 32 da Constituição Estadual, nada havendo, portanto, que obste sua tramitação e consequente aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARÃES

Relator

Aprovado.

Em votação a Emenda da Comissão de Fiscalização. Deputados que aprovam a Emenda conservem-se como estão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Eu peço que Vossa Excelência dê conhecimento do teor da Emenda ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está publicada no Diário, nos avulsos de hoje, mas nós vamos fazer o Senhor 1º Secretário ler.

O SR. ALGACI TÓLIO (Pela Ordem) - Para facilitar o trabalho a Emenda do Deputado Neivo Beraldin e da Comissão de Fiscalização apenas ela impede a duplicidade da guarda das declarações de bens e que no Projeto meu, no original, propõe que seja mantida uma guarda no Tribunal de Contas e outra aqui na Assembléia Legislativa. A Emenda tira esta duplicidade, mantendo apenas no Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor 1º Secretário procederá a leitura da Emenda.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - Emenda nº 89/91 (Lê).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Emenda.

Aprovada.

Em votação a Emenda de Plenário com parecer favorável do Deputado Toti Colaço. Parágrafo Único (lê) Emenda. Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovado. O Projeto irá a 3ª discussão.

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

267/91, de autoria do Deputado GERALDO CARTARIO, que cria o Sistema Estadual de Crédito Educativo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. de 01 a 04 de Plenário por unanimidade.

Aprovado o Projeto, artigo por artigo.  
Em discussão a Emenda nº 01.- Aprovada.  
Em discussão a Emenda nº 02.- Aprovada.  
Em discussão a Emenda nº 03.- Aprovada.  
Em discussão a Emenda nº 04.- Aprovada.  
O Projeto irá à 3.ª discussão.

#### VOTAÇÃO EM

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 366/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que implanta no sistema de Ensino Público Estadual, a semana de "Ver e Ouvir", objetivando sanar deficiências no quadro estudantil. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ, CECE e CSP. Com Emenda de Plenário com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.

Aprovado o Projeto, artigo por artigo.  
Emenda - Aprovada.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 366/91  
EMENDA MODIFICATIVA Nº 01

P A R E C E R:

A proposta visa corrigir o texto, dando correta denominação à Secretaria de Educação, anteriormente designada Secretaria de Educação e Cultura.

Assim, nos manifestamos pelo acolhimento da presente emenda.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

#### VOTAÇÃO EM

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 536/91, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que isenta do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, na aquisição de veículos adaptados para deficientes físicos, no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CF. Emendas de Plenário de 01 a 03 com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.

Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

Em votação a Emenda nº 01. Aprovada.

Em votação a Emenda nº 02. Aprovada.

Em votação a Emenda nº 03. Aprovada.

O Projeto irá à 3.ª discussão.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Nada abstenho. Somos favoráveis, aprovação em Plenário.

Curitiba, quarta, em 19.02.92

Curitiba, 17.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

NELSON JUSTUS

LUIZ CARLOS MARTINS

JOSE TAVARES

EMÍLIA BELINATI

COSTENARO NETO

ALCEU SWAROWSKI

1 ilegível

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de nº 029 de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 031, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nº 025, 026, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 027, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 028, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 033, 036, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 037, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 039, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Deferido.

Requerimento de nº 016, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 20, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA

#### EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 175, 265, 376/91.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 099/91

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs

089, 267, 366, 536/91.

Levanta-se a sessão.

Ata das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 28.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça sob a presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados: Plauto Guimarães, Nelson Justus, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Costenaro Neto, Ovídio Constantino, José Afonso Junior, Durval Amaral e José Tavares. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 611/91, oriundo da Procuradoria Geral da Justiça. Parecer Favorável do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO. 2) Projeto de Lei nº 610/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer Favorável da Deputada Emília Belinati - APROVADO. 3) Projeto de Lei nº 598/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer da CCJ, que funde as Emendas de nº 01, 03, 05 - APROVADA. APROVADAS as Emendas nº 02, 07 e 08. REJEITADA a Emenda nº 04. APROVADA a Emenda nº 06. 04) Projeto de Lei nº 606/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer Favorável à Emenda, do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) COLOMBINO GRASSANO  
Presidente

Ana Lúcia Andretta  
Secretária

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 0012/92  
antecipar, para a partir de 1º de março do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria nº 121/91, ao funcionário SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR, matrícula nº 434, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, referente ao ano de 1992.

PORTARIA Nº 0013/92  
conceder, a LUCIA MARIA DA VEIGA SEGALL, matrícula nº 422, ocupante do cargo de Consultor Técnico às Comissões, NU-1, do

Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1990, a partir de 1º de março do corrente ano.

(Protoc. nº 00781)

PORTARIA Nº 0014/92

antecipar, para a partir de 1º de março do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria nº 112/91, ao funcionário EDGAR TAVORA JUNIOR, matrícula nº 139, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "B"-NU-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, referente ao ano de 1992.

GABINETE DA DIRETORIA GERAL, em 06.02.92.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## Ato da Comissão de Processo Administrativo

## EDITAL DE CHAMAMENTO

A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, INSTAURADA PELA PORTARIA Nº 127/91, DA DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

CONSIDERANDO que, na ultimação da instrução, concluiu pela indicição do funcionário GETOLIO CANELA FAYARO como incurso nas sanções do art. 293, inciso V, letra "b", da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, estando sujeito à pena de demissão, por abandono de cargo;

CONSIDERANDO o desconhecimento do paradeiro do indiciado, para citação pessoal;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no art. 320, e § 2º, da Lei 6.174, referida...

CITA e CHAMA GETOLIO CANELA FAYARO para apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias, facultada vista do processo, durante o prazo, no GABINETE DA PROCURADORIA (5º andar), fluindo o prazo a partir do 15º (décimo quinto) dia da publicação do presente EDITAL.

(a) JOSÉ RENATO DUARTE  
Presidente da Comissão

A. L. E. P.

CONTABILIDADE E CONTROLE ORÇAMENTARIO - ALG

BALANCETE FINANCEIRO  
DE 01 a 29 DE NOVEMBRO DE 1991.

REF. - AL6245  
PAG. - 1  
DATA - 29.11.91

RECEITA	
ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES	
Receita tributária .....	0,00
Receita de contribuições .....	0,00
Receita patrimonial .....	0,00
Receita agro-pecuária .....	0,00
Receita industrial .....	0,00
Receita de serviços .....	0,00
Transferências correntes .....	1.450.000.000,00
Outras receitas correntes .....	0,00
	1.450.000.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	
Operações de crédito .....	0,00
Alienação de bens móveis e imóveis....	0,00
Transferências de capital .....	0,00
Outras receitas de capital .....	0,00
	0,00
	1.450.000.000,00
EXTRAORÇAMENTARIA	
Débitos de tesouraria .....	0,00
Depósitos de diversas origens .....	525.543.698,50
Fundos especiais .....	0,00
Contas a regularizar .....	0,00
Contas do realizável .....	0,00
Acordos e convênios .....	0,00
Créditos de Despesas a Pagar	
Fornecedores .....	230.811.895,42
Despesas com Pessoal .....	1.501.770.999,42
Outras despesas a pagar .....	0,00
	1.732.582.894,84
	2.258.126.593,34
SALDOS DO MES ANTERIOR	
Caixa .....	0,00
Bancos .....	1.586.305.336,34
Vinculado em contas cor.bancárias ..	0,00
Títulos a receber .....	0,00
Devedores diversos .....	0,00
Diversos responsáveis .....	0,00
	1.586.305.336,34
TOTAL .....	5.294.431.929,68

DESPESA	
ORÇAMENTARIA	
Legislativa .....	1.591.380.627,27
Judiciária .....	0,00
Administração e planejamento .....	0,00
Agricultura .....	0,00
Comunicações .....	0,00
Defesa nacional e seg. pública .....	0,00
Desenvolvimento regional .....	0,00
Educação e cultura .....	0,00
Energia e recursos minerais .....	0,00
Habituação e urbanismo .....	0,00
Indústria, comércio e serviços .....	0,00
Relações exteriores .....	0,00
Saúde e saneamento .....	0,00
Trabalho .....	0,00
Assistência e previdência .....	0,00
Transporte .....	0,00
	1.591.380.627,27
EXTRAORÇAMENTARIA	
Restos a pagar	
Pagamentos .....	0,00
Cancelamentos .....	0,00
	0,00
Débitos de tesouraria .....	0,00
Depósitos de diversas origens .....	33.061.062,00
Fundos especiais .....	0,00
Contas a regularizar .....	0,00
Contas do realizável .....	0,00
Acordos e convênios .....	0,00
Débitos de despesas a pagar	
Fornecedores .....	238.302.222,77
Despesas com Pessoal .....	1.379.993.745,14
Outras despesas a pagar .....	0,00
	1.618.295.967,91
	1.651.357.029,91
SALDOS PARA O MES SEGUINTE	
CAIXA	
Bancos .....	0,00
Vinculado em C/Correntes Bancárias ..	2.051.694.272,50
Títulos a receber .....	0,00
Devedores diversos .....	0,00
Diversos responsáveis .....	0,00
	2.051.694.272,50
TOTAL .....	5.294.431.929,68

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Diretor do DAT

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
Coord. de Contabilidade